

John Brothie, Mike Batty, Ed Blakely, Peter Hall e Peter Newton (orgs.), *Cities in Competition: Productive and Sustainable Cities for the 21st Century*. Melbourne, Longman Australia, 1995, xii + 532 pp.

A obra aqui objecto de recensão resulta de um estudo internacional levado a cabo pela Comissão de Trabalho 72 do *International Council for Building Research*. Iniciado em 1985, o referido estudo foi concluído dez anos depois com a publicação deste volume de ensaios. *Cities in Competition* foi precedido da publicação de *The Future of Urban Form: The Impact of New Technology* (Nova Iorque, Nichols, 1985), de *The Spatial Impact of Technological Change* (Londres, Croom Helm, 1987) e de *Cities of the 21st Century: New Technologies and Spatial Systems* (Melbourne, Longman Chesire, 1991). Como é visível pelos títulos dos volumes a que deu origem, o estudo reporta-se, no seu conjunto, às transformações tecnológicas e aos seus efeitos sobre as cidades. O presente volume pode ser visto como um ensaio de aglutinação dos resultados da investigação levada a cabo durante dez anos. O argumento central da obra assenta na defesa da ideia que a transição de uma sociedade industrial para uma sociedade informacional, promovida pelos impactes das tecnologias da informação e da comunicação, e pelos meios de transporte de alta velocidade, mudou radicalmente, quer a forma das nossas cidades, quer a relação entre elas. A natureza desta nova relação, patente no título do livro, traduz-se por um forte pendor competitivo entre as cidades. Por um lado, a diluição das fronteiras nacionais através de acordos de comércio internacional, da formação de blocos comerciais e alianças interregionais está a levar ao aumento da importância das cidades enquanto entidades económicas. Por outro lado, a economia informacional emergente

está a fazer com que o conhecimento e a informação estejam a tornar-se factores preponderantes da produção de bens e serviços. Ao interligarem-se crescentemente à produção, as novas tecnologias da informação alteram os padrões geográficos da economia e colocam, desse modo, novos desafios e problemas às cidades. Este cenário, dominado por forças globais, que se convertem nos novos motores da economia, caracteriza-se por uma competição crescente entre as cidades, que se traduz, essencialmente, pela capacidade de atracção de novas actividades económicas. Essa competição tanto multiplica as oportunidades de crescimento e de afirmação como aumenta a vulnerabilidade com que as cidades estão expostas à concorrência que lhes é movida por outras cidades.

Partindo deste quadro conceptual, este livro analisa um conjunto de forças que estão a induzir mudanças profundas nas cidades e nas relações entre elas. A raiz multifacetada destas forças (tecnológicas, económicas, sociais, políticas, regulatórias e ambientais) está a ter impactes múltiplos sobre a natureza e a distribuição espacial das actividades urbanas, quer a nível metropolitano, quer regional, quer global. A competição que se desenvolve a estes níveis é tratada ao longo do livro em 5 partes temáticas.

A primeira parte incide sobre os fluxos globais que estão ancorados em redes de circulação de informação e de mercadorias e que estão na origem do desenvolvimento de novos mercados globais e regionais. Estas redes permitem a algumas cidades afirmarem-se a uma escala regional ou global. A difusão das novas tecnologias, ao permitir uma redução dos custos e um aumento da velocidade de transporte e de comunicação, é o factor que explica a expansão dos mercados globais. O impacte destes fluxos tem conduzido, em termos daquilo que é a realidade urbana deste final de século, a uma concentração nas cidades de grande dimensão dos serviços que geram alto valor acrescentado.

180

Esta primeira parte abre justamente com um artigo de Saskia Sassen intitulado "Os Impactes Urbanos da Globalização Económica". A autora retoma argumentos enunciados em *The Global City: London, New York, Tokio* (Princeton University Press, 1991) e em *Cities in a World Economy* (Pine Forge Press, 1994). O texto de Saskia Sassen incide sobre a natureza das cidades globais. A autora constata que um dos impactes mais surpreendentes da globalização da actividade económica é o desenvolvimento e disseminação espacial de novos espaços industriais. Porém, paradoxalmente, há um outro processo que se impõe: a concentração, num número cada vez menor de cidades, dos serviços ligados aos fluxos globais. É este processo que está na origem de um tipo particular de cidades: as cidades globais. O que estas têm de particular é especializarem-se nos serviços que organizam a actividade económica global e o facto de terem mais coisas em comum umas com as outras do que com as cidades que fazem parte do mesmo sistema urbano nacional. O que é interessante no argumento de Sassen é que ela conclui que os impactes urbanos deste processo se traduzem por um reforço significativo das ligações entre as cidades globais, que dá origem a um sistema urbano transnacional. Porém, à medida que integram o sistema transnacional, de modo a assegurarem uma competitividade global, as cidades globais enfraquecem as ligações com as cidades que fazem parte do sistema urbano nacional em que se integram. Nesse sentido, a formação dos sistemas urbanos transnacionais contribui para o desenvolvimento de novas formas de desigualdade em termos da geografia e das características dos sistemas urbanos. As tecnologias da informação que estruturam as redes globais, e que muitas vezes são apresentadas como factores que neutralizam a geografia, contribuem, na verdade, para a concentração espacial e para o incremento das desigualdades urbanas.

A segunda parte do livro incide sobre a competição crescente entre as empresas, interessadas em alcançar a melhor posição estratégica no seio das redes globais, e entre as cidades, empenhadas em lutar por uma posição de destaque. Neste sentido, o acento é posto sobre o impacte que o cruzamento desta dupla competição tem em termos de hierarquias urbanas, confrontando-se em pólos opostos, as cidades ganhadoras e aquelas que entram em depressão. O que define o sucesso das cidades é a sua orientação para uma competitividade global e o facto de conseguirem desenvolver uma base económica pós-industrial. Para uma cidade, ser bem sucedida significa, acima de tudo, captar as sedes das empresas, fixar actividades financeiras e outras actividades produtivas no domínio dos serviços, e, sobretudo, estar posicionada nos nós privilegiados das redes globais. Se é verdade que, para serem competitivas, as empresas procuram as melhores cidades, também as cidades, para serem competitivas, procuram atrair as melhores empresas.

O artigo que destacamos desta parte do livro é da autoria de Peter W. Newton, cujo título é «Mudar de Lugar? Famílias, Empresas e Hierarquias Urbanas na Idade da Informação».

É comum argumentar-se que os locais que centralizam as redes de comunicação e transporte tendem a gerar sinergias adicionais que fomentam o desenvolvimento económico e originam vantagens competitivas. Todavia, há lugares dotados com as mesmas infraestruturas e que alcançam desempenhos económicos divergentes. O artigo supracitado é elaborado à luz deste paradoxo. Do ponto de vista de Newton, as novas tecnologias são uma condição necessária mas não suficiente do desenvolvimento económico regional. O autor faz notar que o futuro das cidades de industrialização avançada depende da sua capacidade em competir, local e globalmente, enquanto lugar onde é agradável viver,

onde é agradável trabalhar, e enquanto lugar que é atractivo e acessível para os visitantes. As hierarquias urbanas são o reflexo de dois factores de motivação: as famílias mudam de lugar à procura de melhores condições de consumo e as empresas fazem-no à procura de melhores condições de produção.

Newton constata que os estudos recentes que procuram analisar as relações entre o desenvolvimento económico das regiões urbanas e as suas infraestruturas de telecomunicações têm levado a conclusões opostas. De um lado, destacam-se aqueles para quem as tecnologias da informação são um factor determinante da capacidade das cidades em atrair empresas. Do outro lado, ergue-se o argumento daqueles que encaram as tecnologias da informação como indicadores da actividade económica de uma região, mas não como ímans do desenvolvimento económico.

O argumento de Newton é que, para explorarmos a ligação que existe entre as telecomunicações, a geografia e o desenvolvimento económico, temos necessariamente de avaliar os benefícios de produtividade que as telecomunicações oferecem às empresas e às cidades. Nesse sentido, há que levar em linha de conta as infraestruturas existentes, mas também o capital humano e a sua capacidade em utilizar novas tecnologias.

No caso concreto da Austrália (Peter Newton é técnico da *Division of Building, Construction and Engineering da Commonwealth Scientific and Industrial Research Organization*), estudos realizados mostram que a deslocação da população tem sido mais motivada por factores ligados ao consumo do que por factores económicos ligados à produção. O consumo é aqui entendido num sentido lato, incluindo as características físicas que os lugares oferecem, os bens e os serviços disponíveis, e as características sociais dos lugares. Também nos EUA, e nas sociedades com elevados padrões de vida, os movimentos populacio-

nais estão cada vez menos relacionados com factores ligados ao emprego. O que parece ser verdade um pouco por todo o mundo desenvolvido é que os «empregados» e os «desempregados» tendem a deslocar-se em direcções opostas.

A terceira parte do livro volta-se para as cidades que retiram o seu grau de competitividade do seu cariz tecnológico. O pressuposto é que os chamados tecnopólos ou cidades que concentram tecnologia avançada, sendo um centro de inovação, fomentam o desenvolvimento de novas indústrias. A própria concentração de recursos intelectuais é apontada como um factor que motiva a atracção entre as cidades com esses recursos e as redes de fluxos globais. Nesta parte do livro, os autores procuram discutir a criação planeada de tecnopólos enquanto factor de promoção da competitividade das cidades.

Desta terceira parte de *Cities in Competition* seleccionámos o texto de Klaus R. Kunzmann. A escolha deste texto deve-se a duas razões essenciais. A primeira prende-se com o facto de o autor, tal como Newton, salientar a importância do capital humano enquanto factor competitivo das cidades. A segunda fica a dever-se ao facto de este texto ser quase uma excepção, no conjunto de ensaios que dão corpo ao livro, na medida em que são consideradas as interferências que o Estado pode ter no jogo da competição entre as cidades.

As empresas tecnologicamente inovadoras tendem a concentrar-se em poucos ambientes urbanos, cuja característica fundamental é possuírem bastantes recursos intelectuais. Mas que condições estão presentes nestes locais que não existem nos outros? A resposta a esta questão pode ser dada a partir de outra questão. São os tecnopólos e os ambientes empresariais inovadores que estão nos locais de sucesso, ou, pelo contrário, os locais tornam-se bem sucedidos por desenvolverem tecnopólos? Deste caloroso e eterno debate que anima a investigação sobre planeamento regional,

resulta a conclusão de que o lugar e o sentido de localidade é um factor de suma importância no sucesso das empresas de alta tecnologia.

No seu texto, Kunzmann procura abordar quatro questões: i) Porque é que certas regiões são mais criativas que outras e se adaptam mais facilmente à mudança estrutural?, ii) Quais os factores que conduzem às mudanças regionais inovadoras?, iii) Os meios inovadores podem ser criados e sustentados?, iv) Podem planear-se sinergias de modo a produzir meios inovadores?

O que o autor mostra com a sua investigação é que até à nova ordem económica dominada pelas tecnologias, a região que analisa (o Ruhr) sempre possuiu uma estrutura social capaz de se adaptar às mudanças. A crise presente na região resulta da incapacidade da sua antiga base institucional e governativa e das grandes empresas privadas em responderem a uma ordem económica baseada nas tecnologias e na inovação. Para Kunzmann, o potencial criativo da região só pode ser alcançado através da modificação da sua base social institucional. Assim, a infra-estrutura mental de uma região, a sua capacidade em responder criativamente aos desafios complexos das vagas sequenciais de mudança estrutural, é tão importante quanto as infra-estruturas físicas e o papel do sector público que conduz as políticas industriais.

Kunzmann faz depender o desenvolvimento das infra-estruturas mentais de 7 elementos: i) a existência de instituições educacionais de diferentes níveis; ii) a existência de instituições de investigação, quer públicas, quer privadas; iii) um ambiente cultural ao serviço de uma clientela elitista, que exija eventos culturais de âmbito internacional, mas também ao serviço da sociedade multicultural da região; iv) uma imagem internacional positiva que suscite continuamente o interesse dos *media*, e uma identidade regional que esteja profundamente enraizada na população local; v) a protecção, conservação ou mesmo criação de um

ambiente natural atractivo; vi) uma base informacional local capaz de projectar exteriormente as vantagens locais e de divulgar na região os exemplos que possam inspirá-la a desenvolver a criatividade; vii) um ambiente sócio-político aberto à inovação. O que é fundamental para Kunzmann é que as actividades empreendidas a estes 7 níveis combinem as responsabilidades públicas e privadas, já que o desenvolvimento e a manutenção dos elementos do potencial criativo regional não podem ser exclusivamente deixados às forças do mercado, e que cruzem a dimensão local e global das mudanças e acções regionais.

A quarta parte, intitulada «Modelos Sustentáveis de Viver e de Trabalhar», reúne uma série de artigos relativos às transformações dos estilos de vida por via do impacte da globalização sobre as cidades. A dispersão espacial do emprego, com as consequentes implicações no domínio dos modos de vida e de trabalho, é o mote para discussões relacionadas com a mobilidade e trajectórias urbanas, com as modificações das relações com o espaço, com as estratégias residenciais adoptadas face à nova realidade, com as tendências de contra-urbanização e, inevitavelmente, com o teletrabalho.

A transição de uma economia industrial para uma economia informacional é marcada por uma forte tendência para a dispersão geográfica do emprego. Porém, e contrariamente à época pré-industrial, igualmente marcada pelo mesmo padrão, actualmente só uma pequena parte das distâncias entre local de emprego e local de residência é suficientemente pequena para ser percorrida a pé. Por outro lado, as alterações ocorridas no domínio dos horários e das condições de trabalho são também evidentes. A este nível, a economia informacional contrasta vivamente com a economia industrial, impondo condições menos formais e mais flexíveis. O texto de Robert Cervero, incidindo sobre a realidade norte-americana, enquadra-se nesta problemá-

tica e procura analisar as transformações que a economia informacional tem vindo a induzir na estrutura das cidades.

No seu artigo, Cervero procura examinar a influência que a tendência do crescimento das metrópoles ao longo da década de 80 exerceu sobre as relações espaciais entre o local de residência e o local de trabalho, e que implicações sobrevieram em termos de mobilidade regional. No caso concreto das cidades norte-americanas, a estrutura urbana mudou de uma forma monocêntrica para uma forma policêntrica, sendo que esta mudança é norteadada pela descentralização geográfica do emprego. Assim, a estrutura industrial e a divisão do trabalho afirmam-se como fortes condicionantes da estrutura urbana.

Cervero procura analisar os efeitos sociais da descentralização do emprego demonstrando que os debates levantados à volta desta questão são, até ao presente, inconclusivos. Nas já antigas e infundáveis discussões em torno das vantagens e desvantagens da descentralização, esta começou por ser apresentada como um dispositivo capaz de fomentar a melhoria da qualidade de vida nas cidades. Contudo, no pós Segunda-Guerra, foram surgindo ataques agressivos contra a descentralização do emprego devido aos perniciosos efeitos ambientais que ela supostamente origina. A descentralização tem tido repercussões limitadas em termos das distâncias médias a percorrer entre o local de residência e o local de trabalho, mas tem tido efeitos significativos no domínio dos tempos médios gastos na deslocação entre ambos os locais, reforçando-se a tendência para o seu aumento. Contudo, o impacte mais significativo da descentralização do emprego manifesta-se ao nível dos modos de deslocação, com o automóvel privado a assumir uma importância crescente.

Outro debate referenciado por Cervero, e que também não é conclusivo, prende-se com o facto de, para alguns autores, as estruturas urbanas policêntricas levarem a

uma maior mobilidade geográfica, enquanto outros retiram uma conclusão contrária. Nos Estados Unidos, segundo este autor, a descentralização do emprego está a contribuir para transformar os subúrbios em comunidades mais equilibradas. Porém, Cervero faz notar que outros factores, para além do acesso ao emprego (que determina o local de residência e as deslocações diárias), como, por exemplo, a qualidade das escolas, as características da vizinhança, os laços familiares e a existência de outros serviços, influenciam também os padrões de mobilidade geográfica.

Finalmente, a quinta parte procura reflectir sobre a natureza de um desenvolvimento urbano sustentável e sobre a importância que isso pode ter para o planeamento urbano. O crescimento desmesurado das cidades, os problemas com ele relacionados e os cenários e soluções possíveis para o futuro são equacionados a partir das teorias dos sistemas e da ideia de sustentabilidade.

Reunindo apenas três artigos, esta é a parte do livro que menos se enquadra no registo teórico da obra, na medida em que deriva do campo da competição inter-cidades para o da sustentabilidade dos sistemas urbanos. A sustentabilidade é aqui equacionada não enquanto factor de competitividade, mas enquanto conceito que enquadra a equação energia/população/padrões de vida.

O cenário que mais recorrentemente tem sido associado ao impressionante crescimento da taxa de população a residir em cidades neste final de século é o do colapso da qualidade de vida global. Contudo, por via da inovação tecnológica, de mudanças políticas e de novas ideias e respostas individuais a problemas antigos, vão surgindo, ao lado das imagens catastróficas ou pessimistas, visões mais optimistas acerca do futuro. Os artigos de Britton Harris e de Richard L. Meier enquadram-se nesta problemática, chegando, no entanto, a conclusões opostas.

No seu artigo sobre «A natureza do desenvolvimento urbano sustentável», Harris projecta uma imagem preocupante do futuro. Do seu ponto de vista o crescimento contínuo das cidades não só é inevitável como é desejável, no sentido em que é uma característica essencial de um desenvolvimento equilibrado constante. A concentração da população nas cidades é vantajosa, porquanto permite aliviar a pressão sobre a terra e sobre o ambiente, e por ser aí que os mecanismos de educação e socialização conseguem fomentar uma baixa das taxas de natalidade. Mas para que este crescimento seja sustentado, torna-se inevitável uma redução do consumo *per capita* de energia e mudanças profundas nos estilos de vida e nos modos de interacção social. Os problemas que Harris antevê decorrem do facto de ele não acreditar que a escassez de recursos fomentada e evidenciada pelo crescimento populacional venha a ser uniformemente suportada pelas cidades. Entre o primeiro e o terceiro mundos, entre o Este e o Oeste, entre as cidades industriais e as pós-industriais, estabelecer-se-ão desequilíbrios profundos que podem originar movimentos maciços de populações, conflitos e guerras civis, pobreza, fome, epidemias e, no limite, o colapso da sustentabilidade global.

Por seu lado, Meier sustenta que, apesar dos enormes e crescentes recursos que as cidades consomem, o que nos separa de um futuro sustentável são apenas alguns tabus que, do seu ponto de vista, são perfeitamente ultrapassáveis. Daí que o autor insista na educação enquanto factor que permite combater preconceitos que impedem o desenvolvimento de formas de organização social e o uso de tecnologias que sejam capazes de potenciar o desenvolvi-

mento de ecossistemas urbanos sustentáveis. O optimismo de Meier resulta, quer do facto de o autor acreditar na capacidade do primeiro e do terceiro mundos em aprenderem um com o outro, quer da fé que deposita nas tecnologias da informação e na educação. Este optimismo não é alheio ao facto de Meier, na sua análise, considerar apenas duas dimensões que contribuem para a existência de um sistema urbano sustentável: a reciclagem e a produção de bens de primeira necessidade.

Como conclusão, e em termos muito gerais, podemos salientar o mérito desta obra no domínio da compreensão das profundas mudanças a que as cidades têm estado sujeitas neste final de século. Uma das principais virtudes deste trabalho reside na conjugação da perspectiva da sociologia urbana tradicional (análise da cidade do ponto de vista da ecologia urbana, da distribuição da população, da constituição de centros institucionais, do ponto de vista dos indivíduos e dos grupos sociais, dos estilos de vida) com a perspectiva de uma nova sociologia urbana (que encara as cidades como produtos sujeitos a processos de valorização e desvalorização num mercado fortemente competitivo). Uma lacuna que atravessa quase toda a colectânea deve-se ao facto de, neste jogo competitivo em que estão envolvidas, as cidades serem quase sempre consideradas como entidades independentes. Na verdade, a natureza e o alcance desta competição nem sempre podem ser compreendidos sem uma perspectiva sistémica que equacione o papel que os Estados nacionais desempenham neste jogo, e esta dimensão não é devidamente tratada na obra. ■

Paulo Peixoto